

**ATO Nº 093/2014**

*Aprova Relatório de Gestão Fiscal do  
Ministério Público do Estado do Tocantins.*

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 51/2008, de 02 de janeiro de 2008,

**Considerando** as disposições contidas na Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

**Considerando**, ainda, os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade;

**R E S O L V E :**

**Art. 1º** Aprovar, na forma dos anexos deste Ato, os demonstrativos relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins, dos meses de setembro de 2013 a agosto de 2014, 2º quadrimestre de 2014.

**Art. 2º** Disponibilizar o referido Relatório, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000, no Diário Oficial do Estado do Tocantins e no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, na página eletrônica da Internet, link seguinte:<http://mpto.mp.br/web/transparencia/2013/03/11/relatorios-relatorio-de-gestao-fiscal-2013>

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 17 de setembro de 2014.

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora-Geral de Justiça

**ANEXO AO ATO 93/2014**  
**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO 2013 A AGOSTO 2014**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	100.054.365,40	0,00	
Pessoal Ativo	100.054.365,40		
Pessoal Inativo e Pensionistas			
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.563.096,18	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração			
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	94.491.269,22	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	94.491.269,22		
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL.</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	5.915.093.678,18		
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,60		
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	118.301.873,56		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	112.386.779,89		
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,80%	106.471.686,21		

Fonte: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100 PGI, Data da emissão 15/09/2014 e hora de emissão 14:30

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VERA NILVA ALVARES ROCHA LIRA  
 Procuradora Geral de Justiça

UILTON DA SILVA BORGES  
 Chefe da Controladoria Interna

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
 Chefe do Departamento Financeiro

**ANEXO AO ATO 93/2014**

ESTADO DO TOCANTINS  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO 2013 A AGOSTO 2014

LRF, art. 48 - Anexo 7

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	94.491.269,22	1,60
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -<%>	118.301.873,56	2
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	112.386.779,89	1,9
DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100 PGJ, Data da emissão 15/09/2014 e hora de emissão 14:30

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA  
 Procuradora Geral de Justiça

JILITON DA SILVA BORGES  
 Chefe da Controladoria Interna

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
 Chefe do Departamento Financeiro